

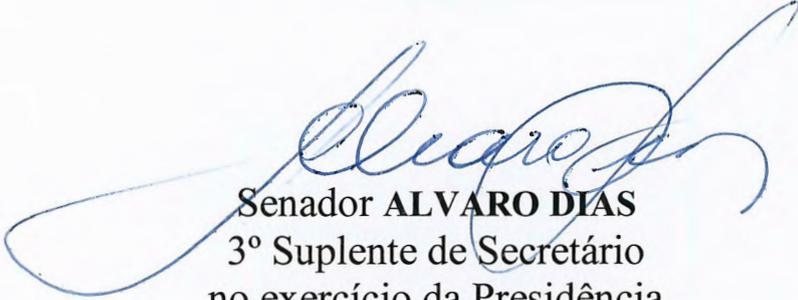
OF. SF/Nº 4/29/2006

Brasília, 20 de março de 2006.

Senhor Presidente,

Por solicitação do nobre Senador Heráclito Fortes, encaminho a V. Ex^a as notas taquigráficas do seu pronunciamento feito em sessão desta data, onde consta artigo do jornal *Correio Braziliense* intitulado “*E o banco reincide*”.

Cordialmente,



Senador **ALVARO DIAS**
3º Suplente de Secretário
no exercício da Presidência

Exmº Sr.

Senador **DELCÍDIO AMARAL**

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
criada pelo Requerimento nº 3, de 2005-CN (CPMI dos Correios)

NESTA





O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se desejar, e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu havia combinado com o Senador Mão Santa minha permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, logo após o Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª fará uso da palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho dito nesta Casa sistematicamente que a Oposição brasileira ainda não teve a capacidade de criar nenhuma crise para o Governo Lula. O Governo Lula é quem cria todas. Espero que não seja cansativo repetir aqui. A crise dos bingos, por que começou, gerando a CPI dos Bingos? Pegaram o Sr. Waldomiro Diniz, no aeroporto de Brasília, transportando valores e, posteriormente, conversando, em um ambiente fechado, com um bicheiro. Na crise do mensalão, pegaram um funcionário dos Correios recebendo propina de um empresário. (Pausa.)

É tanta crise que temos que lembrar de todas elas, Senador Cristovam. Enfim, na crise do mensalão, houve o envolvimento de presidentes de partidos da Base do Governo, aliciando aliados para interferir em votação ou em rumos de decisão do Congresso Nacional.

Senador Arthur Virgílio, líder atento aos fatos que aqui ocorrem, hoje o **Correio Braziliense** traz um artigo que, com certeza, apesar da falta de capacidade de indignação do País, como diz o Senador Cristovam Buarque, vai obrigar o Governo a prestar muitas explicações.

Senador Antonio Carlos, este não é um assunto novo; ele vem sistematicamente sendo tratado nesta Casa. E o Deputado Paulo Delgado, fundador do PT, uma das figuras mais respeitadas e admiradas no Partido dos Trabalhadores, escreveu hoje um artigo cujo teor é gravíssimo, sob o título “E o Banco reincide”, que trata das relações promíscuas entre o Citibank e os Fundos de pensão do Brasil.

Senador Antonio Carlos, em vez de dizer que não sabia de nada, o Presidente Lula deveria ter amanhecido determinando a apuração urgente dos fatos que aqui estão. Se o seu companheiro de tantas lutas estiver mentindo e caluniando, ao final dessas apurações, o levasse para o Conselho de Ética e pedisse punição – Conselho de Ética do Partido dos Trabalhadores –; se ao contrário fosse, que punisse todos os envolvidos nessa questão.

Peço antecipadamente ao Presidente da Casa que envie cópias deste artigo ao Presidente do CPI dos Correios, ao Presidente da CPI dos Bingos, ao Presidente da Comissão de Justiça, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira.

O que está dito aqui por um Parlamentar da Base do Governo é da maior gravidade. E é preciso que não haja silêncio da Nação com relação a isso, Senador Mão Santa.

2006-03-20-05 - CN -
CPMI - CORREIOS
0064
Fls: Nº
3638
Doc: _____



Não vou ler todo o artigo, pois ele será transcrito, mas, lerei apenas um pequeno trecho:

Não há como salvar as aparências: [palavras do Deputado Paulo Delgado] são tortuosos, cheios de truques e falsamente complexos os contratos de opção de venda obtidos pelo Citibank junto aos fundos de pensão brasileiros. É um acordo de coação, certamente resultado do indevido senso de segurança obtido pelo Citi diante do que deve considerar o "espírito" do país. Inexplicavelmente mantido apesar da condenação e advertências recebidas pelas suas ousadas e heterodoxas operações e ações, identificadas pelo comitê de finanças do Senado norte-americano. [E aí vai, Senador Antonio Carlos Magalhães] no México, Chile, Japão e Argentina. No Japão, a rejeição feroz a infringências legais levou ao fechamento de agências, em virtude deste modelo de gestão temerária em busca de posição no ranking nacional a qualquer custo.

Podemos estar diante [palavras do Deputado Paulo Delgado] de mais um dos escândalos corporativos e dos controversos contratos em que se envolve ao redor do mundo o Citibank, rompendo regras de reciprocidade e elementares princípios do *Trade act*, internacionalmente partilhado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é de hoje que se vem falando nesta questão. Ele discorre, Senador Antonio Carlos, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para, em determinado momento, dizer que, na Segunda Vara empresarial do Rio de Janeiro – cita inclusive a reportagem –, o processo tem sentença que não é da juíza. E fala aqui de uma juíza que deu sentença nesse caso, não sei lhe dizer do que se trata porque peguei essa matéria há pouco. É preciso que haja uma investigação severa e séria sobre esses fatos.

Alerto para esse ponto, Senador Antero Paes de Barros, porque estamos finalizando a CPI dos Correios, e temos nela ações envolvendo recursos e desvios de Fundos de pensão, e os presidentes dos principais Fundos não foram ouvidos. O Presidente do Citibank, que é citado desde o início, um uruguaio que reside no Brasil, também não foi ouvido. Não podemos nos calar. Essa indignação tem que ser um direito de defesa do País, como foi na Argentina, no México e pelo mundo afora.

Ouçó, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF) – Senador Heráclito, só para lembrar que tudo isso tem a ver com algo que V. Ex^a falou aqui na semana passada: o Brasil está anestesiado e sofrendo de amnésia. O que V. Ex^a falou agora tem a ver com o que falou a Senadora Patrícia Saboya há pouco; tem a ver com o caso da intromissão na vida privada de um jovem só porque ele veio aqui fazer um depoimento. Há uma anestesia, que é o que causa a falta de indignação por parte do Governo. Para mim, o mais grave que aconteceu nesse tempo todo foram menos os atos de corrupção de um ou de outro do que o acomodamento geral de todos aqueles que fazem o Governo Lula hoje; o acomodamento geral diante de tudo o que acontece dentro do Governo, juntamente com uma indignação geral diante de tudo o que acontece nas ruas. Essas duas coisas casadas, e que têm a ver, é que provocam essa anestesia de que V. Ex^a fala e que precisamos quebrar.

RS nº 05/2005 - CN -
PMI 0005
Fls. Nº _____
Doc: 3638



O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Senador Cristovam, o mais grave disso é que, daqui a meia hora, nós vamos ver transitando pelos corredores do Senado os lobistas desse Banco, batendo em gabinetes, pedindo que não levem o caso adiante, dizendo que isso pode gerar um desconforto internacional. Coisa nenhuma! Esses esclarecimentos, inclusive, estão na filosofia do próprio Congresso americano, que proibiu o Citibank de novos investimentos até que se esclareçam fatos nebulosos envolvendo a participação desse grupo, inclusive na Itália.

Senadora Serys, se essa denúncia fosse feita por alguém da base da Oposição, amanhã estaria o Presidente da República dizendo que não querem deixá-lo governar, que estão querendo impedi-lo de tocar o Governo. Mas não: essa é uma advertência feita por um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Paulo Delgado. Aliás, não é a primeira advertência sobre esse assunto e sobre essa matéria.

Senador Arthur Virgílio, mais uma vez, o Governo nos frustra e nos tira o direito de mostrar os escândalos, porque o próprio Governo se encarrega disso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Ouço o Senador Arthur Virgílio, com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, eu tenho o Deputado Paulo Delgado como uma figura pública da maior seriedade e de muita independência. S. Ex^a se portava de maneira independente em relação aos pontos de vista de seu Partido, sem perder a coerência de petista. Não a perdeu em momento algum no Governo passado. Neste Governo, ele é de muita lealdade ao Presidente Lula, mas não aquela lealdade cega, cabisbaixa, genuflexa. É uma figura que eu admiro, a par de ser um querido amigo pessoal. O Deputado Paulo Delgado faz uma denúncia que merece ser examinada com seriedade por todo aquele que se pretenda um administrador sério deste País. Parabéns a V. Ex^a duas vezes. Primeiro, por citar um adversário que, embora desse valor, é um adversário. E citá-lo positivamente, como V. Ex^a o faz, o que mostra a isenção de V. Ex^a também. Segundo, por V. Ex^a abordar um tema desse calibre, embasado que foi na denúncia do Deputado Paulo Delgado, que ilustra a representação das Minas Gerais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O artigo é muito grave, e o tema merece a atenção da Nação.

Com certeza, não vamos esperar que a Secretaria de Previdência Complementar haja sobre isso. Pelo contrário, ela tem motivo de sobra para não o fazer. Mas o Congresso Nacional, o Senado da República não pode se curvar nem se calar diante desses fatos.

Portanto, Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, faço um apelo para que V. Ex^a determine à Mesa que mande às Comissões citadas aqui cópias desse artigo, com pedido das devidas providências.

Muito obrigado.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - COMISSÕES
0066
Fls. N.º
3838



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho aos Anais pronunciamento curtíssimo registrando matéria da revista **Veja** com entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito do seu livro lançado agora nacionalmente: **A Arte da Política: A História que Vivi**. É um depoimento de um homem preparado como ele, vivido como ele, sob todos os ângulos, pessoalmente, politicamente, maduro intelectualmente sobretudo, e que merece ser levado à meditação do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0067
Doc. 3638

E o banco reincide

PAULO DELGADO

Deputado federal (PT-MG)

“**A** tirai, se for preciso, nesta cabeça branca, mas poupai a bandeira do país.” Talvez seja perda de tempo dar uma opinião sobre o CitiGroup lembrando-lhes o libelo de Barbara Frietchie, heroína de Maryland, consagrado em verso pelo poeta John Greenleaf Whittier. Nos EUA divididos do século 19, um lado acusava o outro de atrasado e corrupto. Diferente de hoje, espero, embora subsista por lá quem considere corrupto e atrasado o velho e novo mundo não americano, estados confederados de além mar, a serem conquistados a qualquer preço.

Não há como salvar as aparências: são tortuosos, cheios de truques e falsamente complexos os contratos de opção de venda obtidos pelo Citibank junto aos fundos de pensão brasileiros. É um acordo de coação, certamente resultado do indevido senso de segurança obtido pelo Citi diante do que deve considerar o “espírito” do país. Inexplicavelmente mantido apesar da condenação e advertências recebidas pelas suas ousadas e heterodoxas operações e ações, identificadas pelo comitê de finanças do Senado norte-americano no México, Japão, Chile e Argentina. No Japão, a rejeição feroz a infringências legais levou ao fechamento de agências, em virtude deste modelo de gestão temerária em busca de posição no ranking nacional a qualquer custo.

Podemos estar diante de mais um dos escândalos corporativos e dos controversos contratos em que se envolve ao redor do mundo o Citibank, rompendo regras de reciprocidade e elementares princípios do *Trade act*, internacionalmente partilhado. Só o poder devastador do capital que se sente sem antagonismo pode produzir prejuízos a instituições nacionais, sugerir interferência no Judiciário e impor sigilo a membros da administração pública com os quais se envolve.

A organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que concorrentes honestos perderam 77 de 294 contratos internacionais, nos últimos cinco anos, devido ao enfraquecimento do comércio livre e justo e da violação de boas práticas por atividade incorretas.

O óbvio tem que ser dito: a autocon-

fiança indevida no mundo corporativo e financeiro é que pode estar levando o banco a propor, em terceiro país onde atua, cláusulas fora dos procedimentos usuais do mercado, sem contrapartida em favor daqueles com os quais se associou. Pelo contrário, impõe ação ilegítima aos fundos de pensão, tais como a relatada, ano passado, por um jornal fluminense, sob o título “Negociação contrária as leis brasileiras, os regulamentos setoriais e as normas de órgãos federais”. Ali está dito que os fundos de pensão foram obrigados a fazer um acordo secreto com o Citigroup, onde lhes foi imposto aceitar realizar um negócio em 2007 mesmo que ele contrarie as leis nacionais, os regulamentos setoriais e as normas de órgãos federais com poder de fiscalização. As cláusulas desse contrato são analisadas também por um jornal especializado em economia, sob o título “Procurador denuncia ao TCU acordo dos fundos com sócio americano”, onde se afirma a possibilidade de risco iminente para a saúde financeira dos fundos de pensão obrigados a comprar ações do banco norte-americano com ágio equivalente a 240% do valor de mercado. Um jornal paulista do início deste mês informa em matéria sob o título “Juíza se afasta de casos com o Opportunity” que obteve documentos do processo que consolidou os interesses do Citi junto aos fundos de pensão. Julgados na 2ª Vara Empresarial da Justiça do Rio, diz a reportagem que o processo tem sentença que não é de autoria da juíza.

Ora, são cada vez mais evidentes e recorrentes as notícias sobre as ousadas e crescentes movimentações do Citigroup no Brasil nos últimos anos. Como se tivesse recebido um mandato para o arbítrio e o transferisse para o sócio convidado a colocar a cara a tapa. Resta saber se tal conduta está fora do padrão da rigorosa legislação americana para o setor ou das advertências de organismos multilaterais e governos nacionais onde o banco atua.

Na vida diária dos Estados Unidos, a lei e os costumes estabelecem certas restrições a cidadãos nacionais e estrangeiros, especialmente na área econômica e financeira. E, desde o final dos anos 80, para todos os negócios envolvendo empresas ou grupos norte-americanos em suas ações também no exterior.

A desenvoltura no Brasil não pode produzir mais um escândalo, devem estar alertas as autoridades da Fazenda de dois países que se respeitam. Da relação entre nossos países, em geral boas desde o século 19, que nos fiquem exemplos de cooperação e grandeza e da boa prática financeira e comercial, base dos bons costumes.

03/2005 - CN -
CORREIOS
6668
3638
Doc

